

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6097	9178/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Indeferimento final - reclamação isenção de taxas OVP Centro Histórico		
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

ASSUNTO: Reclamação indeferimento isenção de taxas de ocupação de espaço público para realização de operação urbanística - Rua de Santo António

1. A requerente, Materializar Estudos e Projetos de Engenharia, Lda., veio interpor “recurso hierárquico” do ato que indeferiu o pedido de isenção/redução de pagamento de taxas municipais (fixadas em € 1.658,55) referentes à ocupação do espaço público, no âmbito de operação urbanística realizada em prédio urbano localizado em Área de Reabilitação Urbana (ARU), sito na Rua de Santo António, n.ºs 19 a 25, freguesia de Braga (São João do Souto), nos termos e com os fundamentos constantes do documento anexo.

2. O pedido foi apreciado pelo Departamento Jurídico, que concluiu que deve a pretensão ser, à final, indeferida, nos termos e com os fundamentos constantes do parecer jurídico que se anexa.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assim, propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

Indeferir a pretensão da requerente, mantendo-se, na íntegra, o despacho que indeferiu o pedido de isenção de taxas municipais de ocupação do espaço público, por se encontrar em estrita conformidade com o quadro jurídico regulamentar vigente.

Anexo:

- Recurso hierárquico apresentado pela Materializar Estudos e Projetos de Engenharia, Lda.
- Parecer jurídico

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Processo n.º: 47941/2025

Requerente: Materializar Estudos e Projetos de Engenharia, Lda

Enquadramento

A requerente, Materializar Estudos e Projetos de Engenharia, Lda., veio interpor “recurso hierárquico” do ato que indeferiu o pedido de isenção/redução de pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço público, no âmbito de operação urbanística realizada em prédio urbano localizado em Área de Reabilitação Urbana (ARU), sito na Rua de Santo António, n.ºs 19 a 25, freguesia de Braga (São João do Souto).

Alega a recorrente em síntese que:

- As obras em causa configuram intervenção de reabilitação urbana nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009, compreendendo operações de construção, reconstrução e demolição;
- A exclusão da isenção não decorre expressamente do Art. H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), devendo o mesmo ser interpretado de forma extensiva, atendendo ao espírito e finalidade do regime jurídico da reabilitação urbana;
- O indeferimento viola os princípios da legalidade administrativa, da igualdade e da proteção da confiança, por não aplicar o regime de incentivos previsto para as operações em ARU.
- Requer, por isso, a revogação do despacho de indeferimento, o reconhecimento do direito à isenção da taxa de ocupação do espaço público, e a devolução do montante pago (€ 1.658,55).

Análise Jurídica

- O Artigo H-1/17.º do CRMB, na redação vigente (Regulamento n.º 927/2025, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 142/2025, de 25 de julho), estabelece o regime de isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico e outras áreas, nos seguintes moldes:

- O n.º 1, alínea a), prevê a possibilidade de isenção de taxas para operações de restauro, alteração, ampliação e reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
 - . Dispondo o seu n.º 3 que podem estar isentas de pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, pelo limite máximo de 18 meses, **excluindo expressamente as operações referidas na alínea a) do seu n.º 1.**
- Neste contexto, resulta em nosso entender demonstrado que alteração introduzida à parte H do CRMB pelo mencionado Regulamento n.º 927/2025 eliminou a possibilidade, anteriormente existente, de atribuir isenção de taxas pela ocupação do espaço público às operações urbanísticas de restauro, alteração, ampliação e reconstrução.
 - Com efeito, a redação atual do preceito regulamentar em análise reflete **uma intenção expressa do legislador** municipal de excluir tais operações do âmbito das isenções referentes à ocupação do espaço público.
 - A recorrente, invoca a recurso a uma interpretação extensiva do n.º 3 do art. H-1/17.º do CRMB, de modo a abranger as operações realizadas no âmbito da reabilitação urbana. Todavia, a interpretação literal, sistemática e teleológica da norma revela, em nosso entender, que não há margem para interpretação extensiva neste caso, uma vez que:
 1. O legislador deliberadamente retirou a referência expressa à isenção de taxas de ocupação de espaço público para as operações tipificadas na alínea a) do n.º 1;
 2. Tal alteração normativa traduz uma opção legislativa consciente, que densifica o regime jurídico aplicável no município e distingue entre isenções sobre taxas de operação urbanística e isenções sobre taxas acessórias de ocupação do espaço público;
 - Acresce que, ainda que o imóvel se situe em ARU e as operações se enquadrem na definição de reabilitação urbana constante do Decreto-Lei n.º 307/2009, tal circunstância não é suficiente, por si só, para conferir o direito à isenção da taxa de

ocupação do espaço público. Com efeito, o regime jurídico da reabilitação urbana prevê benefícios e incentivos, mas remete a concretização e delimitação desses benefícios para os regulamentos municipais, que podem definir condições, limites e exclusões, como sucede no caso vertente através do Artigo H-1/17.º do CRMB.

Assim, a decisão administrativa que indeferiu o pedido de isenção aqui em análise está, em nosso entender, juridicamente fundamentada no próprio texto da norma regulamentar em vigor, que intencionalmente não permite a concessão de isenção relativamente à ocupação de espaço público para as operações descritas. Não se vislumbrando as qualquer vício de violação de lei, erro nos pressupostos ou desvio de poder no ato de indeferimento, que .foi proferido com base em norma regulamentar válida e aplicável ao caso concreto .

Conclusão

Face ao exposto, entende-se que:

- O artigo H-1/17.º, n.º 3, do CRMB, na redação atual, exclui expressamente a possibilidade de isenção de taxas relativas à ocupação do espaço público (tapumes e andaimes) para as operações urbanísticas de restauro, alteração, ampliação e reconstrução;
- A obra da requerente enquadra-se precisamente nas operações previstas na alínea a) do n.º 1 daquele artigo, situando-se assim fora do âmbito das isenções previstas no n.º 3;
- A norma é clara e não admite interpretação extensiva
- O ato administrativo de indeferimento está, portanto, conforme a lei e ao regulamento aplicável, não se verificando qualquer vício suscetível de determinar a sua revogação.

Propõe-se assim o indeferimento da pretensão da requerente mantendo-se na íntegra o despacho que indeferiu o pedido de isenção de taxas municipais pela ocupação do espaço

público, por se encontrar em estrita conformidade com o quadro jurídico-regulamentar vigente.

Em caso de concordância, deverá submeter-se o presente entendimento a deliberação por parte do Executivo Municipal

A Jurista :